

PANO DE FUNDO

Em 2009

Doadores chumbam Governo no pilar de governação

Depois de "apontar o dedo" aos doadores, o Governo também viu as suas fraquezas destapadas na avaliação feita pelos Parceiros de Apoio Programático, que compõem o grupo dos 19 países que apoiam directamente o Orçamento do Estado. Nos cinco pilares avaliados, nomeadamente, Gestão Macroeconómica e Pobreza, Governação, Capital Humano, Desenvolvimento Económico e Assuntos Transversais, a nota negativa do Executivo foi para a Governação, que não registou melhorias durante os últimos anos, aos olhos dos doadores.

Dos nove indicadores da matriz do Quadro da Avaliação de Desempenho, quatro metas foram atingidas, três não foram atingidas, mas registaram progressos. Um indicador não foi atingido e, em relação ao indicador sobre percentagem dos processos-cri-

me esclarecidos, ainda não existe consenso.

O documento dos doadores, de 04 de Maio, que vem rubricado pela Finlândia, que assume presentemente a presidência do G19, na pessoa do chefe de Cooperação da Embaixada da Finlândia em Moçambique, diz que neste pilar de governação, em relação ao indicador sobre o número de casos de corrupção, foi fornecida informação provisória, e a avaliação final aguarda a informação anual do PGR. Entretanto, nota que houve progresso em áreas como descentralização e assistência jurídica, assim como patrocínio judiciário, e reconhece que o acordo recente sobre actividades relevantes nesta área formam uma base importante para endereçar estas preocupações.

DESAFIOS

Os desafios constatados neste

pilar prendem-se com o custo e a sustentabilidade da política salarial, combate à corrupção, processo de revisão da Lei dos Órgãos Locais e elaboração da estratégia de descentralização, a reforma legal (incluindo revisão do Código Penal) e o sistema de monitoria e avaliação do sector da justiça. Também sublinha que na área da reforma do sector público, o custo e a sustentabilidade da política salarial devem ser analisados.

Mas os desafios também são extensivos a todos os pilares, pese embora tenham merecido uma nota positiva, tal como indica o documento:

- Manter a taxa de crescimento económico elevada e tomar medidas para garantir que o crescimento económico favoreça, também, as camadas pobres e desfavorecidas, através da criação e expansão de empregos, rápida melhoria do ambiente de negócios e apoio às pequenas e médias empresas.

- Considera importante realizar análises mais profundas para aumentar a compreensão da dinâmica da pobreza em Moçambique, com vista a orientar o desenho de políticas de redução da pobreza.

- Sistema de "procurement" - existem problemas de capacidade nas UGEA para implementarem adequadamente o Decreto 54/2005, particularmente sobre o uso do ajuste directo. Surgiram recentemente preocupações em relação à metodologia dos concursos, no que diz respeito ao uso de negociação

directa e empréstimos não concessionais para os grandes projectos das infra-estruturas.

- O papel do Governo na criação de condições nas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural merece mais ênfase, tal como a coordenação intersectorial nesses assuntos.

- Os PAP notam que os assuntos transversais em geral não receberam atenção suficiente e gostariam de ver estas questões integradas sistematicamente em todos os sectores. ■

2009 igual a 2008

O resultado global da avaliação dos indicadores é semelhante ao do ano passado. Entretanto, esta é a primeira revisão anual como resultado do novo Memorando de Entendimento (2010-2014), rubricado em Março de 2009, pelo Governo e doadores. A matriz do Quadro de Avaliação do Desempenho do Governo é composta por 40 indicadores. Em 18 indicadores, as metas foram atingidas, em 19 não foram atingidas, e 14 registaram progressos. Um foi considerado como não possível de classificação, há um indicador que não reúne consenso e outro sem informação suficiente para sustentar a avaliação.

COMO FORMA DE PROVAR A PARTIDARIZAÇÃO DO ESTADO

Renamo exhibe camiseta de célula do partido Frelimo

A bancada parlamentar da Renamo exibiu, ontem, no Parlamento, a camiseta de uma alegada célula da Frelimo na administração de Cheringoma, província de Tete, como forma de provar ao Governo que existe partidarização do Aparelho do Estado.

O Governo encontrava-se presente no Parlamento, no segundo dia da sessão de respostas a 15 perguntas feitas pelas três bancadas parlamentares. No alvor dos debates, Francisco Machambisse, deputado da Renamo, levantou-se e tirou da pasta a camiseta, de cor vermelha, com os dizeres "Célula da Administração de Cheringoma", e exibiu-a perante o primeiro-ministro, Aires Ali.

Ainda, Francisco Machambisse mostrou um impresso do Ministério do Trabalho para a relação nominal das empresas, o qual se preenche mensalmente nas instituições privadas. O mapa contém uma relação nominal de uma empresa privada, em que em baixo mostra a obrigatoriedade de os trabalhadores



Parlamento voltou a falar de partidarização do Aparelho do Estado

aderirem à célula do partido ou sindicato.

"O País" abordou Francisco Machambisse fora do Parlamento, o qual diz que, para a Renamo, isto significa que existem células da Frelimo nas instituições privadas. "Aqui é uma forma de coação aos trabalhadores",

disse Machambisse.

Em relação a como a Renamo conseguiu a camiseta, Francisco Machambisse disse que "Alguém nos dispensou. Uma camiseta é algo acessível. As camisetas da Frelimo são como quaisquer outras que alguém pode oferecer a uma outra pessoa", para mais

tarde acrescentar que "nós apresentámos aquela camiseta porque o primeiro-ministro disse que devíamos mostrar as provas das nossas acusações. Então, tivemos que respondê-lo. E, por isso, no final, ele agradeceu."

PROVAS QUE SUSCITAM INTERROGAÇÕES

O mapa nominal do Ministério do Trabalho apresentado ontem suscita interrogações e deixa questões em aberto quanto à sua autenticidade. Em primeiro lugar, o mapa apresenta o cabeçalho "República de Moçambique" e não "República Popular de Moçambique". O que nos salta à vista, logo a priori, é que se trata de um impresso desenhado para uma função pública ou empresas privadas do Estado de Direito e da Constituição de 1990 ou de 2004. Contudo, no verso do impresso, nas instruções para o preenchimento da relação nominal, apresenta a assinatura de Março de 1988, data que se enquadra no regime monopartidário e da "República Popular de Moçambique".

A dúvida que fica é: será realmente um impresso em uso hoje nas empresas moçambicanas ou um modelo das empresas do regime vigente até 1988?

Por outro lado, versando sobre o regime jurídico de empresas, o impresso fala de empresas estatais. Contudo, este tipo de categoria de empresas, neste momento, não existe no país, sendo, portanto, mais uma prova de que o impresso em alusão não se refere ao tempo depois da extinção da República Popular de Moçambique.

Por fim, no preenchimento das habilitações literárias dos trabalhadores, o impresso coloca a 11.ª Classe como o grau conclusivo do Ensino Médio, o que não constitui verdade, já que, no contexto actual, o nível conclusivo do Ensino Médio é 12.ª Classe. Assim, este formulário poderá ter qualquer pingão de viciação.

Esta sexta-feira, o Parlamento prossegue com a aprovação, na especialidade, da proposta de remunerações, regalias e direitos dos membros das assembleias provinciais. ■